



índice de efetividade da gestão municipal

iegm

TCE-SP





índice de efetividade da gestão municipal



Composição

Outubro de 2014

Presidente

Edgard Camargo Rodrigues

Vice-Presidente

Cristiana de Castro Moraes

Corregedor

Dimas Eduardo Ramalho

Conselheiros

Antonio Roque Citadini

Renato Martins Costa

Sidney Estanislau Beraldo

Valdenir Antonio Polizeli (Auditor)



Coordenação

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Supervisão

Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi

Elaboração

Divisão de Auditoria Eletrônica - AUDESP

César Schneider

Henrique Romanini Subi

Marcos Portella Miguel

Rodney José Idankas

Tânia Mara Auada

Valdivino Gonçalves da Costa

Colaboração

José Roberto Fernandes Leão

Equipe da "Revista do TCESP"

Apresentação

A atividade de fiscalização dos governos, na atualidade, exige dos órgãos de controle bem mais que a aferição da conformidade com as normas de execução orçamentária e de regularidade das despesas. O cidadão hoje reivindica – com legitimidade – o acesso a elementos de informação que lhe permitam avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com a sociedade. É a participação democrática que decorre do exercício do voto e implica a prerrogativa de se exigir a correspondente prestação de contas.

Nessa perspectiva, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo inaugura por sua divisão AUDESP processo de apuração dos indicadores finalísticos destinados a compor o Índice de Efetividade da Gestão Municipal, instrumento que se dispõe a evidenciar a correspondência das ações dos governos às exigências das comunidades, inicialmente em sete especialidades:

- Educação
- Saúde
- Planejamento
- Gestão Fiscal
- Meio Ambiente
- Proteção dos Cidadãos
- Governança da Tecnologia da Informação

Os elementos assim apurados compõem demonstrativos de eficiência e eficácia que servirão tanto para os municípios quanto para Prefeitos e Vereadores, como valioso instrumento de aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento. E serve para o aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória ao indicar os setores que mereçam maior vigilância e aprofundamento.

É a contribuição que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao completar seus 90 anos de existência, agrega ao conjunto de suas atividades, todas elas voltadas a privilegiar o bem comum.

Edgard Camargo Rodrigues
Presidente

Out./2014

Índice

01

Exposição de Motivos do IEGM/TCESP
Contexto Histórico Atual **01**

02

Oportunidade de Mudança: Planejamento Estratégico **03**

03

Os Produtos Derivados do IEGM/TCESP: Informações
gerenciais e estratégicas (Prisma), matriz de risco (Smart)
e Site Infográfico **05**

3.1 Relatório Informações gerenciais e estratégicas
(Prisma) **05**

3.2 Matriz de risco (Smart) **05**

3.3 Site Infográfico **06**

04

Atividades desenvolvidas para criação do IEGM/TCESP **07**

4.1 i-EDUC/TCESP **07**

4.2 i-SAÚDE/TCESP **08**

4.3 i-PLANEJAMENTO/TCESP **08**

4.4 i-FISCAL/TCESP **09**

4.5 i-AMB/TCESP **10**

4.6 i-CIDADE/TCESP **10**

4.7 i-GOV TI/TCESP **10**

05

Dos pesos dos índices que compõem a elaboração
final do IEGM/TCESP **11**

06

Visão funcional do IEGM/TCESP **13**

07

Das sínteses das metodologias utilizadas na construção
dos 7 Índices Temáticos - IEGM/TCESP **15**

7.1 Síntese: i-EDUC **16**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Educação

7.2 Síntese: i-SAÚDE **23**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Saúde

7.3 Síntese i-PLANEJAMENTO **29**

Memorial de Cálculos para indicadores do planejamento

7.4 Síntese: i-FISCAL **33**

Memorial de Cálculos para Indicadores dos Aspectos Fiscais

7.5 Síntese: i-AMB **46**

Memorial de Cálculos para Indicadores do Meio Ambiente

7.6 Síntese: i-CIDADE **49**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Proteção da cidade

7.7 Síntese: i-GOV TI **51**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Governança de TI

08

Composição Final do IEGM/TCESP **57**

09

Faixas de Resultado **59**

10

Regras das faixas de Resultado **61**

11

Considerações finais **63**

Exposição de Motivos do IEGM/TCESP

1.

Contexto histórico atual

Nos últimos anos, o Estado brasileiro tem enfrentado mudanças profundas na condução das políticas públicas, gerando impactos significativos na vida de seus cidadãos e das organizações estabelecidas.

As intervenções, ações e operações realizadas por autoridades públicas, independentemente de sua esfera e da sua natureza, têm impactado na forma como o Estado se torna parceiro ou não dos interesses sociais.

Se o Brasil é a sétima ou a oitava economia em volume global (essa alternância vem ocorrendo ao longo da última década), o Estado de São Paulo contribui de forma relevante para isso, pois possui uma grandeza econômica significativa e que deve ser considerada pelo Tribunal de Contas em suas ações de controle externo.

O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.

Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também para atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade.

Os serviços públicos precisam ser modernizados, eficientes e efetivos, para acompanhar a evolução das necessidades sociais. É nesse contexto que se propõe um novo paradigma de controle externo pelo Tribunal de Contas. Nasce agora o índice de efetividade da gestão municipal - IEGM/TCESP.

O Estado de São Paulo em números

POPULAÇÃO: Brasil - 193,9 milhões de habitantes;
São Paulo - 41,9 milhões (22%);

PIB NOMINAL: Brasil - R\$ 4,402 trilhões;
São Paulo - R\$ 1,466 trilhões (33%);

PIB PER CAPITA: Brasil - R\$ 22.699,70;
São Paulo - R\$ 35.010,38 (50% maior);

São Paulo contribui com 41,4% da arrecadação dos impostos federais.

Fonte: IBGE, Banco Central e Fundação Seade.
Organização: Agência Paulista de Promoção e Competitividade

2.

Oportunidade de Mudança: Planejamento Estratégico

O Tribunal de Contas, já há algum tempo, tem realizado mudanças significativas em suas atividades de fiscalização de controle externo.

As medidas fiscalizatórias como ações concomitantes, acompanhamento de contas, integração de Agentes de Colaboração, Programa de Fiscalização Continuada - PROFISCO, reuniões técnicas virtuais com UR's, participações nas atividades da Rede INFOCONTAS, no CIISP e no FOCCOSP, disponibilização de matriz de risco, entre outras importantes atividades, têm sido um ponto de destaque na produção de conhecimento para tornar a fiscalização de controle externo mais técnica e eficiente, tendo por base os princípios da auditoria de resultado.

O **Sistema Audesp** e o **e-TCESP**, ambos com foco no aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais da Corte, implementam, ao menos aos interessados, celeridade, transparência e acessibilidade da informação e do conhecimento.

Cabe lembrar que no último dia 6 de maio o Tribunal de Contas completou 90 anos de existência. Serviços

relevantes à sociedade paulista já foram e continuarão sendo prestados. Mas o desafio é maior quando se olha para os próximos 90 anos.

Com passos seguros, a Corte de Contas paulista entende que novas tecnologias de controle externo devem ser utilizadas para um novo modelo de fiscalização, com foco nos princípios da Economia, da Eficiência, da Eficácia e da Efetividade, respeitando suas atribuições constitucionais e legais.

Esse grande desafio consiste em estabelecer caminhos para efetivar a **modernização e a ampliação do modelo de fiscalização de conformidade para o de auditoria de resultado**, nos moldes do que ocorre nas grandes nações desenvolvidas (como o *Bundesrechnungshof* - o Tribunal de Contas da Alemanha, entre outros) e no Tribunal de Contas Europeu, de caráter supranacional, responsável pelo controle externo das contas da União Europeia.

Uma mudança de comportamento das atividades de controle externo, em busca de análises de resultado da execução do orçamento dos entes federados jurisdicionados, deve passar por critérios técnicos e objetivos, muito bem delineados, que apresentem a convergência de interesses públicos com o planejamento estatal.

Criar indicadores finalísticos para análises dos processos utilizados pelos jurisdicionados é uma tarefa que vem reunindo esforços dos agentes políticos e técnicos da Corte de Contas Paulista com o fim de contribuir para uma sociedade mais justa. Esses indicadores, que ora se propõem, podem estabelecer uma mudança significativa nas futuras fiscalizações do Tribunal.

Como resultado final deste trabalho, apresentaremos à sociedade paulista, aos órgãos de controle social e aos demais interessados a proposta de índice denominado **IEGM/TCESP- Índice de Efetividade da Gestão Municipal** - além de proporcionar uma nova perspectiva mais contundente na fiscalização de resultado, permi-

tirá que o Tribunal de Contas redirecione seus esforços aos anseios sociais.

O IEGM/TCESP, nesse primeiro momento voltado ao âmbito municipal, objetiva ser um índice perene, apresentado anualmente, e proporcionará visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas¹.

O índice será composto pela combinação dos seguintes itens

- Dados governamentais;
- Sistema Audesp;
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pela Origem.

Ele poderá ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O índice de efetividade do TCESP – IEGM/TCESP – permitirá observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)².

O IEGM/TCESP propiciará a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração da Corte de Contas paulista e alimentará com dados técnicos o pessoal da fiscalização, em complementação às ferramentas hoje disponíveis.

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e a realização da auditoria de resultados, bem como de elaboração de relatórios que serão fornecidos aos Exmos. Conselheiros e ao pessoal de controle externo.

Em uma visão direta e sintética, o IEGM/TCESP apresentará produtos finais para a alta administração da Casa (Conselheiros), para o pessoal da fiscalização (SDG) e, principalmente, para a sociedade e outros órgãos de controle externo (informações da gestão pública municipal).

O uso do IEGM/TCESP permitirá avançarmos para um novo patamar de tecnologia de fiscalização para o controle externo (aos moldes utilizados pelo Tribunal da União Europeia com a Auditoria de Resultados), ressaltando as características e as ações do Tribunal de Contas paulista.

¹ A priorização considerou a jurisprudência do TCESP e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

² Cf. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em http://www.eqa.europa.eu/Lists/ECADDocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF).

3.

Os Produtos Derivados do IEGM/TCESP: relatório informações gerenciais e estratégicas (prisma), matriz de risco (smart) e site infográfico

O IEGM/TCESP permitirá mais uma vez que o Tribunal de Contas solidifique sua vanguarda nacional nas ações fiscalizatórias de controle externo, apresentando às demais cortes estaduais novos caminhos nas fiscalizações por resultado.

A nova proposta de se buscar a fiscalização por resultado também apresenta uma nova percepção de oportunidades operacionais. Uma delas é a modernidade que passa pelos nomes dos documentos a serem produzidos e utilizados nos **três principais produtos** derivados da implantação do IEGM/TCESP.

3.1 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTRATÉGICAS (PRISMA)

O Relatório Informações Gerenciais e Estratégicas apresentará a posição da gestão municipal das prefeituras nas 7 dimensões analisadas, proporcionando melhor diagnóstico quanto às realizações e/ou resultados das ações dos agentes políticos. Procura-se evidenciar uma análise quanto ao alcance dos objetivos operacionais municipais.

3.2 MATRIZ DE RISCO (SMART³)

A Matriz de Risco apresentará a composição das atividades das prefeituras nas 7 dimensões analisadas, proporcionando uma visão mais clara quanto às contratações, licitações e planejamento dos resultados das ações dos agentes políticos. Dessa forma, pretende-se qualificar ainda mais o tempo despendido no planejamento das ações de controle, haja vista o diagnóstico dos pontos sensíveis a serem apresentados à fiscalização.

Essa matriz de risco apresentará uma abordagem transparente e clara para o órgão fiscalizado.

A Matriz de Risco mitigará os possíveis erros de auditoria, pois apresentará os pontos relevantes e pertinentes suscetíveis de fiscalização, permitindo a criação de uma atmosfera de diálogo construtivo nas fases de fiscalização.

3 O termo **SMART** é uma correspondência ao termo utilizado pelo Tribunal de Contas Europeu. O manual de auditoria de resultado da Corte de Contas europeia define que SMART permite "identificar e analisar riscos internos e externos para a realização dos objectivos da Comissão. No sistema de controlo interno da Comissão, 'resultados e gestão do risco' inclui, por um lado, a definição de objectivos a nível estratégico, operacional e tático segundo o método ABM, devendo todas as actividades ter objectivos específicos, mensuráveis, realizáveis, relevantes e delimitados no tempo - specific, measurable, achievable, relevant and timely (SMART) - e, por outro, a análise e a gestão do risco das principais actividades." (disponível em http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF).

3.3 SITE INFOGRÁFICO

O site infográfico é o relatório eletrônico publicado no Portal WEB do Tribunal de Contas, que, apoiado pela tecnologia, organiza e disponibiliza informações à sociedade e aos demais órgãos de controle por meio do monitoramento dos planejamentos e gestões dos agentes públicos nas 7 (sete) dimensões monitoradas.

Os dados apresentados nesse novo portal do IEGM/TCESP servirão para contribuir para o aprimoramento dos controles externo e interno, permitindo-lhes funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública.

Esse site deve agregar os novos conceitos de **utilização das informações** (forma fácil de compreender os dados) postas à disposição da sociedade por meio de infográficos.

As informações no site apontarão aos agentes e gestores públicos os indicadores finalísticos quanto à realização de gastos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para melhoria da aplicação dos recursos públicos nos seus processos.

4.

Atividades Desenvolvidas para Criação IEGM/TCESP

Desde o final de 2013, a Divisão AUDESP vem realizando diversos eventos e reuniões com agentes políticos, técnicos de outros órgãos estaduais (Secretarias da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Defesa Civil), órgãos da sociedade civil e, principalmente, realinhamento de atividades de controle externo com a Secretaria-Diretoria Geral, além de conversas técnicas com demais Agentes de Fiscalização desta Corte de Contas que são nossos especialistas em indicadores.

Essas atividades permitiram entender e apresentar os 7 índices componentes do IEGM/TCESP, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- **i-FISCAL/TCESP:** Índice Municipal da Gestão Fiscal;
- **i-AMB/TCESP:** Índice Municipal do Meio Ambiente;
- **i-CIDADE/TCESP:** Índice Municipal de Cidades Protegidas;
- **i-GOV TI/TCESP:** Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação.

4.1 i-EDUC/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabelecem uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativos à educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental I que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Sistema AudeSP.

Fonte

Censo escolar e Sistema AudeSP: base multivalorada.

4.2 i-SAÚDE/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabelecem uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal da Saúde voltados à Atenção Básica, que devem ser respondidos eletronicamente pelo Sistema Audep.

Serão estudados alguns indicadores da Secretaria da Saúde para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não serão considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE/TCESP.

Fonte

Sistema Audep: base multivalorada.

4.3 i-PLANEJAMENTO/TCESP

Objetivo

O índice do planejamento permitirá ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira

ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos munícipes (sejam diretos ou indiretos).

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

Metodologia Aplicada

Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideraremos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;

- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados;
- Percentual de alteração do planejamento inicial;
- Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.

Fonte

Sistema Audesp: base multivalorada.

4.4 i-FISCAL/TCESP

Objetivo

O índice da gestão fiscal permitirá ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, serão analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.

Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, será possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas estão sendo conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

Por fim, importante destacar que os tópicos considerados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo como fundamentais para a emissão de Parecer sobre a

gestão municipal, como resultado do Ensino, da Saúde, pagamentos de Precatórios, entre outros, serão considerados na apuração do i-Fiscal/TCESP.

Metodologia Aplicada

Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal/TCESP é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideraremos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Análise da Receita (execução orçamentária);
- Análise da Despesa (execução orçamentária);
- Análise da execução orçamentária;
- Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida fluante);
- Despesas com Pessoal – Poder Executivo;
- Despesa com Pessoal - Poder Legislativo;
- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit);
- Apuração da dívida fundada (aumento/redução);
- Apuração dos pagamentos dos precatórios;
- Repasse de duodécimos às Câmaras;
- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

Fonte

Sistema Audesp: base multivalorada.

4.5 i-AMB/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de Meio Ambiente que devem ser respondidos eletronicamente pelo Sistema Audesp.

Será trazido o IQR da CETESB para entendimento dos processos quanto à qualidade dos resíduos sólidos cujo manejo seja de responsabilidade municipal.

Fontes

CETESB e Sistema Audesp: base multivalorada.

4.6 i-CIDADE/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente pelo Sistema Audesp.

As métricas matemáticas deste índice componente permitirão a visualização da gestão municipal quanto ao grau de inter-relacionamento com outros órgãos de suporte e a sua gestão quanto à preparação e reação em situações de emergência.

Fonte

Sistema Audesp: base multivalorada.

4.7 i-GOV TI/TCESP

Objetivo

Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente pelo Sistema Audesp.

Os cálculos matemáticos foram realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

Fonte

Sistema Audesp: base multivalorada.

5.

Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM/TCESP

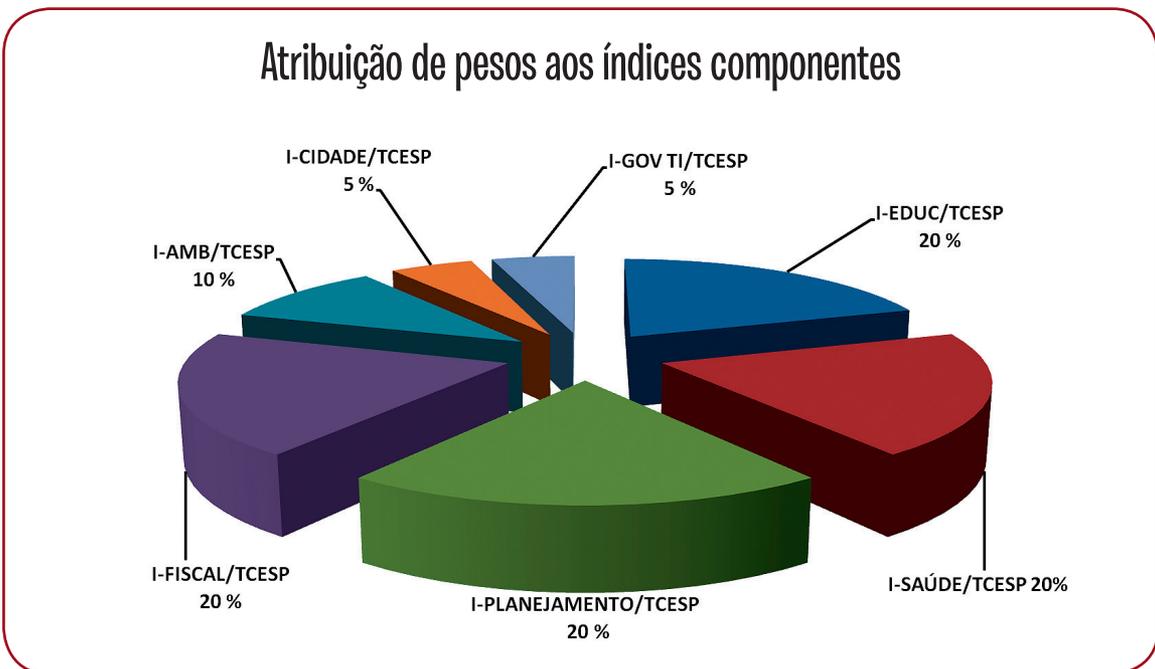
O IEGM/TCESP é o índice final que reunirá os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Para compreender a gestão municipal nessas dimensões, pro-

pomos o uso de métrica de ponderação que possa melhor refletir o grau de relevância das apurações.

A distribuição das ponderações deu-se baseada no volume de despesas realizadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, por função de governo (“Ensino”, “Saúde”, “Administração” etc.⁴). Nos casos em que o índice não possui uma função de governo diretamente atrelada, ela foi relacionada com a função que apresenta maior semelhança (por exemplo: o I-GOV TI/TCESP toma por base a função “Administração”).

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações foram extraídos da execução orçamentária dos municípios, encaminhados ao Sistema AudeSP por meio dos balancetes mensais, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação estadual.

Apresentamos a seguir os valores ponderados dos índices componentes do IEGM/TCESP:



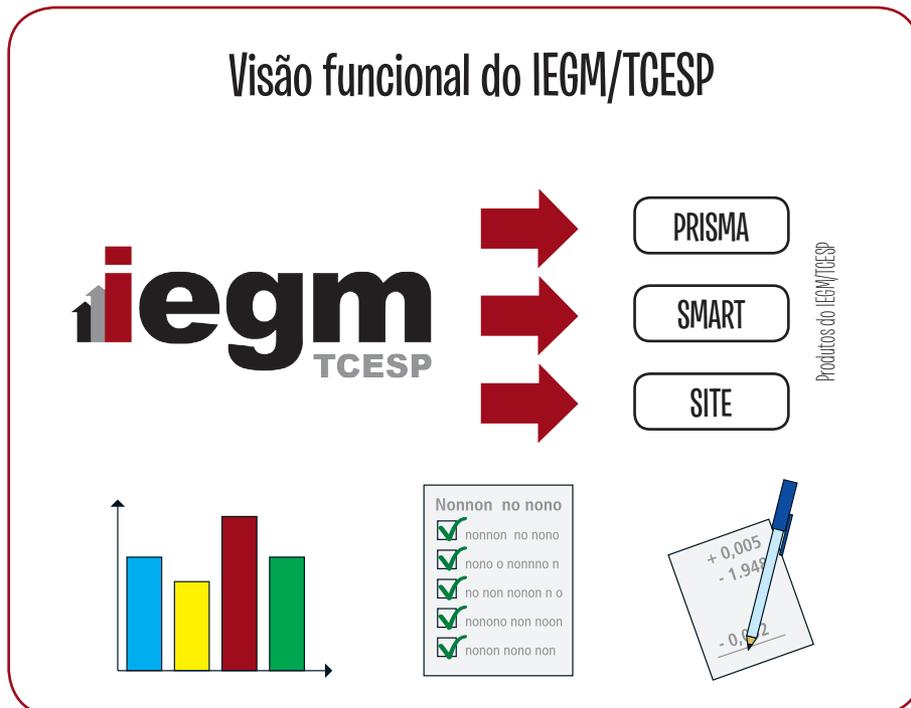
⁴ Conforme Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

6.

Visão funcional do IEGM/TCESP

A visão funcional do IEGM/TCESP, apresentada em forma de figura sintética a seguir, explora as potencialidades e utilização dos indicadores das 7 dimensões consideradas.

O IEGM/TCESP permitirá a criação de relatórios aos Exmos. Conselheiros e à Fiscalização, ampliando a interação entre o TCESP e a sociedade por meio do *site* com infográficos.



7.

Das sínteses das metodologías utilizadas na construção dos 7 índices temáticos IEGM/TCESP

Os procedimentos empregados na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores do TCESP, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho.

Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de o TCESP buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

Nesse aspecto, esse processo amplamente participativo adotado na construção do IEGM/TCESP

promove também o envolvimento de seus usuários imediatos e potenciais, conferindo-lhe credibilidade e validação político-institucional, possibilitando alcançarmos sua efetiva utilização nos relatórios (PRISMA e SMART) e disponibilização de informações na Internet.

No que tange à composição temática - 7 dimensões - e às fontes de informação, o IEGM/TCESP articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal - Educação, Saúde, Meio Ambiente, Proteção das Cidades etc. - que muito influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano de seus munícipes.

7.1 SÍNTESE: i-EDUC

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Os índices serão apoiados pelo Sistema Audep em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (creche, pré-escola e Ciclo I)?	SIM - 05
	PARCIALMENTE - 02
	NÃO - 00
2. A prefeitura municipal fez o levantamento do número de crianças que necessitavam de creches?	SIM - 05
	Qual o número:
	NÃO - 00
3. A prefeitura municipal fez o levantamento do número de crianças que necessitavam de pré-escola?	SIM - 05
	Qual o número:
	NÃO - 00
4. A prefeitura municipal fez o levantamento do número de crianças que necessitavam do Ciclo I escolar?	SIM - 05
	Qual o número:
	NÃO - 00
5. A prefeitura municipal aplicou algum programa de avaliação de rendimento escolar municipal?	Sim, Aplicou - 04 Qual: Publicou: <S/N>
	SIM, APLICOU PARCIALMENTE - 01 Qual: Publicou: <S/N>
	NÃO APLICOU - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação do Ciclo I?	SIM – 03
	Qual:
	NÃO – 00
7. Sobre o Plano Municipal de Educação, informe:	ELABOROU SEU PLANO – 05
	PRETENDE ELABORAR ATÉ JULHO/15 – 03
	NÃO PRETENDE ELABORAR – 00
8. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, informe:	SIM, há laboratórios ou salas de aula com computadores para alunos da rede – 03
	NÃO – 00
9. Sobre a infraestrutura física da rede de ensino municipal – água tratada , informe:	Todas as escolas possuem água filtrada para ser consumida
	A maior parte das escolas da rede municipal possui água filtrada para ser consumida
	A menor parte das escolas da rede municipal possui água filtrada para ser consumida
10. Sobre a infraestrutura física da rede de ensino municipal – rede de coleta de esgoto , informe:	Todas as escolas da rede municipal possuem rede de coleta de esgoto ou fossa
	A maior parte das escolas da rede municipal possui coleta de esgoto ou fossa
	A menor parte das escolas da rede municipal possui coleta de esgoto ou fossa

QUESITOS	PONTUAÇÕES
11. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional (apuração eletrônica no Sistema Audesp)? * INCLUSA COMO REGRA DE REBAIXAMENTO DE NOTA NAS FAIXAS DE RESULTADO	SIM – 15
	NÃO – 00
12. A prefeitura forneceu serviço de transporte escolar?	SIM – 09 Qual a capacidade para atender a demanda de creche: Qual a capacidade para atender a demanda da pré-escola: Qual a capacidade para atender a demanda do Ciclo I: Não possui esse levantamento:
	NÃO – 00
13. A prefeitura tem registro das rotas seguidas pelos veículos do transporte escolar?	SIM, possui registro total – 01
	SIM, possui registro parcial – 0,5
	NÃO – 00
14. A prefeitura tem registro do tempo gasto nas viagens dos veículos do transporte escolar?	SIM Qual a média:
	NÃO – 00
15. Qual a idade média da frota escolar?	
16. O serviço de preparação da merenda é terceirizado pelo município?	
17. Há nutricionista responsável pela elaboração e acompanhamento do cardápio?	SIM – 01
	NÃO – 00
18. O município possui Conselho de Alimentação Escolar (CAE) organizado conforme determina a legislação (art. 18 da Lei nº 11.947/2009)?	SIM – 01
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>19. O Conselho de Alimentação Escolar avalia o cardápio, considerando itens como quantidade e qualidade; variedade; respeito aos hábitos locais e regionais; aceitação por parte dos alunos; adequação ao horário; conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?</p>	SIM - 04
	PARCIALMENTE - 02
	NÃO - 00
<p>20. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?</p>	SIM - 04 Qual:
	Percentual de cobertura - 1º ano:
	Percentual de cobertura - 2º ano:
	Percentual de cobertura - 3º ano:
	Percentual de cobertura - 4º ano:
	NÃO - 00
<p>21. Qual a oferta de vagas para crianças em idade para creche?</p>	
<p>22. Qual a oferta de vagas para crianças em idade para pré-escola?</p>	
<p>23. Qual a oferta de vagas para crianças em idade para o Ciclo I?</p>	
<p>24. Qual a quantidade de matrículas realizadas para crianças em idades para creche?</p>	
<p>25. Qual a quantidade de matrículas realizadas para crianças em idades para pré-escola?</p>	
<p>26. Qual a quantidade de vagas destinadas ao transporte escolar público para o Ciclo I?</p>	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
27. Qual a quantidade de alunos do Ciclo I atendidos pelo transporte escolar?	
28. Qual a quantidade de alunos que terminaram o último ano do Ciclo I?	
29. Qual a quantidade de alunos matriculados no último ano do Ciclo I que teve aproveitamento para o Ciclo II?	
30. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?	
31. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?	
32. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?	
33. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?	
34. Qual a quantidade de professores efetivos destinados ao Ciclo I?	
35. Qual a quantidade de professores temporários destinados ao Ciclo I?	
36. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação:	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
37. Informe a quantidade de dias somados de ausência de professores por faltas (excluindo-se os afastamentos legais) para o Ciclo I?	
38. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Ciclo I estão em funcionamento?	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
39. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Ciclo I estão funcionando em sua capacidade plena (utilização de 90% ou mais das vagas disponíveis)?	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
40. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Ciclo I funcionam em período integral?	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
41. Qual o percentual de alunos do Ciclo I que estudaram em período integral nos estabelecimentos municipais de ensino?	
42. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante no Município?	SIM - 04
	SIM, parcialmente estruturado ou atuante - 01
	NÃO - 00
43. Quanto foi aplicado, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal (creche, pré-escola e Ciclo I) no último?	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
44. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM:
	Qual nome:
	NÃO
45. Há pagamento de horas extras para os profissionais da educação?	SIM:
	Descreva os principais motivos:
	NÃO
46. O município possui levantamento da distorção idade/série no Ciclo I?	SIM:
	NÃO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
47. Qual a data de início do ano letivo?	DATA:
48. Qual a quantidade total de professor/profissional de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?	Creche:
	Pré-escola:
	1º ano – Ciclo I:
	2º ano – Ciclo I:
	3º ano – Ciclo I:
4º ano – Ciclo I:	
49. Quantas bibliotecas o município possui em sua rede escolar:	<NUM> =>1 - 03
50. Qual foi a data de entrega do material escolar à rede municipal:	Antes do início das aulas = 04
51. Qual foi a data de entrega do uniforme escolar à rede municipal:	Antes do início das aulas = 04
52. O município cumpre o piso salarial nacional para todos os professores?	Sim: 04
	Não: 00
53. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	Sim
	Não
54. Qual a totalização somada de horas de treinamentos/capacitação destinados a seus professores?	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
55. FUNDEB – (Dados parametrizados e calculados do Sistema Audesp)	>= 95% - 04
	>= 60% Magistério - 04
56. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?	00 a 03: 01
	04 a 06: 03
	07 ou mais: 03

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Educação Pública
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 01	i-EDUC/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-EDUC/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

7.2 SÍNTESE: i-SAÚDE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE

Os índices serão apoiados pelo Sistema Audesp em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal possui informação sistematizada sobre os gargalos de atendimento médico-hospitalar de alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM – 12
	PARCIALMENTE - 07
	NÃO – 00
2. Algum serviço de saúde do município se utiliza do expediente de consulta a paciente pela metodologia de atendimento a distância, utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, VOIP, etc.)?	SIM – 00
	NÃO – 05
3. O Município divulga a escala de serviço dos profissionais de saúde com nome e horário dos servidores em cada turno em local acessível ao público?	SIM, divulga em todos os locais de atendimento da AB – 05
	SIM, divulga na maior parte dos locais de atendimento da AB – 03
	SIM, divulga na menor parte dos locais de atendimento da AB – 01
	NÃO DIVULGA AS ESCALAS – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
4. Os locais de atendimento médico-hospitalar municipais possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros)?	SIM, todos possuem - 08
	SIM, a maior parte possui - 05
	SIM, a menor parte possui - 03
	NÃO - 00
5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária?	SIM, todos possuem - 10
	SIM, a maior parte possui - 07
	SIM, a menor parte possui - 04
	NÃO - 00
6. A prefeitura possui planejamento de compra de insumos mínimos (luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para a operacionalização de sua atenção básica?	SIM - 05
	PARCIALMENTE - 03
	NÃO - 00
7. O atendimento nas unidades municipais de saúde que prestam assistência médico-hospitalar já foi interrompido por falta de insumos?	SIM
	NÃO
8. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional? * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP	SIM - 15
	NÃO - 00
9. A prefeitura realizou campanha anual ou atividades de incentivo e promoção do aleitamento materno?	SIM - 03 Descreva:
	NÃO - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação?	ACIMA DE 95%
	ENTRE 70% E 95%
	ENTRE 50% E 69%
	MENOS DE 50% -
11. É realizado o cadastramento e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão?	SIM Descreva o modelo utilizado:
	PARCIALMENTE Descreva o modelo utilizado:
	NÃO
12. É realizado o cadastramento e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Melittus?	SIM Descreva o modelo utilizado:
	PARCIALMENTE Descreva o modelo utilizado:
	NÃO
13. As unidades básicas de saúde possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes?	SIM, todas UBS possuem - 05
	SIM, a maior parte das UBS possui - 03
	SIM, a menor parte das UBS possui - 01
	NÃO -00
14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?	SIM, todas possuem - 05
	SIM, a maior parte das UBS possui - 03
	SIM, a menor parte das UBS possui - 01
	NÃO -00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
15. Qual a taxa de cura de tuberculose no município?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO:
16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana?	0%: 00
	01% – 49,99%: 01
	50% – 74,99%: 03
	75% ou mais: 05
17. Existe alguma unidade de saúde da rede municipal com capacidade para diagnosticar, tratar e investigar a hanseníase?	SIM – 03
	NÃO – 00
18. A prefeitura realiza campanha anual de divulgação dos sinais e sintomas da hanseníase?	SIM – 03 Descreva sucintamente:
	NÃO – 00
19. Há desenvolvimento de ações periódicas intersetoriais para a promoção da saúde bucal?	SIM – 03
	NÃO – 00
20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município?	
21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:	Todas as equipes contam com médicos – 03
	A maior parte das equipes conta com médicos - 02
	A menor parte das equipes conta com médicos - 01
	As equipes não contam com nenhum médico - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?	RECURSOS HUMANOS PRÓPRIOS
	CONVÊNIO
	CONTRATO DE GESTÃO
	TERMO DE PARCERIA
	OUTRO Qual:
23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município?	
24. Qual o percentual de nascidos vivos de mães que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde?	<PERCENTUAL>
	NÃO POSSUI REGISTRO
25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?	<PERCENTUAL>
	NÃO POSSUI REGISTRO
26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas pelos habitantes na rede municipal de saúde?	<Número>
	NÃO POSSUI REGISTRO
27. Qual a taxa de cobertura da primeira consulta odontológica programática por ano?	<PERCENTUAL>
	NÃO POSSUI REGISTRO
28. Sobre atendimento de urgências, responda:	A PREFEITURA UTILIZA O SISTEMA SAMU
	A PREFEITURA MANTÉM APENAS CONVÊNIO DE ATENDIMENTO COM O CORPO DE BOMBEIROS
	A PREFEITURA POSSUI SEU PRÓPRIO SISTEMA DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
	OUTRO QUAL: DESCREVA SUCINTAMENTE:

QUESITOS	PONTUAÇÕES
29. Qual o tempo médio de espera para consulta em especialidades médicas?	<TEMPO EM DIAS>
	NÃO POSSUI REGISTRO
30. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante no Município?	SIM - 05
	SIM, parcialmente estruturado e atuante - 03
	NÃO - 00
31. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde no último exercício?	00 a 03: 01
	04 a 06: 03
	07 ou mais: 05
32. Há pagamento de horas extras para os profissionais da saúde?	SIM: Descreva o principal motivo:
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde Pública
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 001	i-SAÚDE/TCESP: 20/100 - 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-SAÚDE/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

7.3 SÍNTESE i-PLANEJAMENTO

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Os índices serão apoiados pelo Sistema AudeSP em bases multivaloradas.

Não será aplicado nenhum quesito eletrônico às prefeituras municipais, pois os dados necessários serão colhidos ao longo do exercício na prestação regular de informações TCESP por meio do Sistema AudeSP.

Cada indicador deste índice possui peso igual em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações:
Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((B / A) - (D / C)) | = E$$

Seja “A” o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja “B” o resultado do indicador do programa realizado;

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;

Seja “E” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “E” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2)*100$$

Por exemplo, se E = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados:
Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((D / C) - (G / F)) | = H$$

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;

Seja “F” o valor orçamentário fixado final para a ação;

Seja “G” o valor liquidado para a ação;

Seja “H” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “H” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2)* 100$$

Por exemplo, se $H = 0,25$, a nota do indicador será 75 pontos.

- Percentual de alteração do planejamento inicial:
Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual - LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas. O cálculo será efetuado da seguinte maneira:

$$J / I = K$$

Seja “**J**” o valor total dos programas (final);

Seja “**I**” o valor total dos programas (inicial);

Seja “**K**” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “**K**” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Acima de 1,3	0
Entre 0,91 e 1,3	100
Entre 0,51 e 0,9	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((K - 0,5)/0,4)* 100$$

Por exemplo, se $K = 0,6$, a nota do indicador será 25 pontos.

- Percentual da taxa de investimento estabelecida no Planejamento inicial e a executada:
Divisão da despesa liquidada pelo valor total da receita arrecadada no mesmo período. A Despesa liquidada é obtida da contabilidade encaminhada ao Sistema Audesp classificada pelo código "44" - Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG). O cálculo é feito da seguinte maneira:

$$L / M = N$$

Seja "L" a despesa liquidada total (classificação 44)

Seja "M" a receita total

Seja "N" o resultado do indicador procurado

Conforme o resultado que "N" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior que 1,15	100
Entre 1,021 e 1,15	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 1,02	0

Para resultados entre 1,02 e 1,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 7,69 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((N - 1,02)/0,13)*100$$

Por exemplo, se N = 1,10, a nota do indicador será 61,54 pontos.

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITOS	RESPOSTAS
1. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?	SIM
	NÃO
2. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
3. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 400 Pontos mínimos: 000	i-PLANEJAMENTO/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-PLANEJAMENTO/TCESP = (Somatório dos indicadores)/400

7.4 SÍNTESE: i-FISCAL

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Os índices serão apoiados pelo Sistema Audep em bases multivaloradas.

Não será aplicado nenhum quesito eletrônico às prefeituras municipais, pois os dados necessários serão colhidos ao longo do exercício na prestação regular de informações TCESP por meio do Sistema Audep.

Cada indicador deste índice possui peso igual em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Análise da Receita (execução orçamentária):
Divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base nos execução orçamentária e da Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:

$$O / P = Q$$

Seja “O” a receita arrecadada;

Seja “P” a receita prevista atualizada;

Seja “Q” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Q” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Entre 1,16 e 1,49	Graduação entre 100 e 0
Entre 0,85 e 1,15	100
Entre 0,5 e 0,84	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,16 e 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5) * (-1) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se $Q = 1,25$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

Para resultados entre 0,5 e 0,84, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5) * (-1) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se $Q = 0,75$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

- Análise da Despesa (execução orçamentária):
Divisão da despesa executada pela despesa fixada final, com base nos execução orçamentária e da Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:

$$R / S = T$$

Seja “S” a despesa fixada final;

Seja “T” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “T” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,1	0
Entre 1,01 e 1,09	Graduação entre 100 e 0
Entre 0,9 e 1,0	100
Entre 0,5 e 0,89	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,01 e 1,1, a graduação⁵ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 1,1) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se T = 1,05, a nota do indicador será 50 pontos.

⁵ Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento municipal é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação⁶ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se $T = 0,75$, a nota do indicador será 62,5 pontos.

- Análise da execução orçamentária:

Diferença entre receita arrecadada e despesa executada dividida pela receita realizada, excluídos os créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro, com base nos dados constantes da execução orçamentária, da Lei Orçamentária Anual e do Balanço Patrimonial, por meio do seguinte cálculo:

$$R / O = V$$

Seja “R” a despesa executada;

Seja “O” a receita arrecadada;

Seja “V” o resultado do indicador procurado.

Se o resultado do indicador for maior que 1 e menor que 1,2, é necessário um novo cálculo, conforme segue:

$$|(O - R)| = X$$

Onde “X” é a diferença, em módulo, da receita e da despesa. Em seguida, compara-se “X” com o valor dos créditos abertos com fundamento no superávit financeiro: se o crédito for igual ou maior, significa que o déficit orçamentário está coberto pelo superávit financeiro; se for menor, não há cobertura financeira para o déficit orçamentário.

⁶ Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o município deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

Em qualquer hipótese, a pontuação será conferida conforme a tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19 (com cobertura do déficit)	Graduação entre 100 e 0
Entre 1,01 e 1,19 (sem cobertura do déficit)	0
Entre 1,01 e 1,10 (com cobertura do déficit)	100
Entre 0,90 e 1,0	100
Entre 0,75 e 0,89	Graduação entre 0 e 100
Menor que 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,20, a graduação⁷ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 1,2) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se $V = 1,15$, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,75 e 0,89, a graduação⁸ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 0,75) / 0,15) * 100$$

Por exemplo, se $V = 0,8$, a nota do indicador será 33,7 pontos.

⁷ Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

⁸ Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local.

- Análise dos Restos a Pagár - até o bimestre (dívida flutuante):
Divisão da redução esperada dos restos a pagar pela sua posição inicial, com base nos dados apurados no Relatório de Instrução, item GF26, gerado pelo Sistema Audesp. O cálculo é realizado da seguinte forma:

$$W / Y = Z$$

Seja “W” a redução esperada dos restos a pagar;

Seja “Y” a posição inicial dos restos a pagar;

Seja “Z” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Z” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	100
Entre 0,75 e 0,94	Graduação entre 0 e 100
Menor que 0,75	0

Para resultados entre 0,75 e 0,94, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Z - 0,75)/0,20) * 100$$

Por exemplo, se $Z = 0,80$, a nota do indicador será 25 pontos.

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo:
Informação extraída do Relatório de Instrução, item GF27, gerado pelo Sistema Audesp, que apresenta o cálculo por poder.

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,54	0
Entre 0,513 e 0,539	Graduação entre 50 e 10
Entre 0,45 e 0,512	100
Entre 0,36 e 0,44	Graduação entre 10 e 50
Menor ou igual a 0,35	0

Para resultados entre 0,513 e 0,54, a graduação⁹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 1,48 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AA” o resultado do indicador:

$$(((AA - 0,54) * -1/0,027) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AA = 0,515, a nota do indicador será 47,04 pontos.

Para resultados entre 0,35 e 0,44, a graduação¹⁰ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 4,44 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AA” o resultado do indicador:

$$(((AA - 0,35) / 0,09) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AA = 0,38, a nota do indicador será 23,33 pontos.

⁹ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

¹⁰ Leva-se em consideração o risco cada vez maior de quebra na prestação dos serviços públicos, ou mesmo a queda considerável na sua qualidade, pela falta de pessoal suficiente para sua manutenção em condições mínimas.

- Despesa com pessoal - Poder Legislativo:
Informação extraída do Relatório de Instrução, item GF27, gerado pelo Sistema Audesp, que apresenta o cálculo por poder.

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,06	0
Entre 0,057 e 0,059	Graduação entre 50 e 10
Entre 0,054 e 0,056	100
Entre 0,041 e 0,053	Graduação entre 10 e 50
Menor ou igual a 0,04	0

Para resultados entre 0,057 e 0,06, a graduação¹¹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 13,33 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja **“AB”** o resultado do indicador:

$$(((AB - 0,06) * (-1) / 0,003) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AB = 0,058, a nota do indicador será 36,66 pontos.

Para resultados entre 0,04 e 0,053, a graduação¹² será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 3,08 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja **“AB”** o resultado do indicador:

$$(((AB - 0,04) / 0,013) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AB = 0,045, a nota do indicador será 25,38 pontos.

¹¹ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

¹² Leva-se em consideração o risco cada vez maior de quebra na prestação dos serviços públicos, ou mesmo a queda considerável na sua qualidade, pela falta de pessoal suficiente para sua manutenção em condições mínimas.

- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit):
Divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial gerado pelo Sistema Audesp, por meio do seguinte cálculo:

$$AC / AD = AE$$

Seja “AC” o ativo financeiro;

Seja “AD” o passivo financeiro;

Seja “AE” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AE” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Entre 1,11 e 1,29	Graduação entre 100 e 0
Entre 1,0 e 1,1	100
Entre 0,76 e 0,99	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,30, a graduação¹³ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 1,30) * (-1) / 0,20) * 100$$

Por exemplo, se AE = 1,2, a nota do indicador será 50 pontos.

¹³ Levam-se em consideração um superávit elevado, de maneira que a economia que está sendo realizada poderá comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios.

Para resultados entre 0,75 e 0,99, a graduação¹⁴ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 4 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 0,75)/0,25)*100$$

Por exemplo, se AE = 0,9, a nota do indicador será 60 pontos.

- Apuração da dívida fundada (aumento/redução):
Valor extraído do Relatório de Instrução, item GF-28, gerado pelo Sistema Audesp.

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a que 1,2	0
Entre 1,1 e 1,19	Graduação entre 100 e 0
Menor que 1,1	100

Para resultados entre 1,1 e 1,2, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AF” o resultado do indicador:

$$((AF - 1,2)*-1/0,10)*100$$

Por exemplo, se AF = 1,15, a nota do indicador será 50 pontos.

- Apuração dos pagamentos dos precatórios:
Divisão entre o estoque final e o estoque inicial no exercício em análise, extraídos da contabilidade encaminhada pelo Sistema Audesp, conforme o cálculo a seguir:

$$AG / AH = AI$$

Seja “AG” o estoque final dos precatórios;

Seja “AH” o estoque inicial dos precatórios;

Seja “AI” o resultado do indicador procurado.

¹⁴ Leva-se em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

Conforme o resultado que “AI” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Entre 0,9 e 0,99	Graduação entre 100 e 0
Menor que 0,9	100

Para resultados entre 0,9 e 1,0, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AI - 1,0)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se AI = 0,95, a nota do indicador será 50 pontos.

- Repasse de duodécimos às Câmaras:
Valor extraído da contabilidade do município apurado com base no item “Transferências à Câmara dos Vereadores” do modelo de relatório de contas municipais.

Resultado	Pontuação
Maior que o limite	0
Menor ou igual ao limite	100

- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas:
Informações extraídas do Sistema Audep - relatório de situação de entrega.

Resultado	Pontuação
Encaminhou no prazo	100
Encaminhou fora do prazo	75
Não encaminhou	0

- Dívida Ativa: percentual de recebimento
Nível de recebimento da dívida em relação ao estoque inicial, com base no Relatório de Análises Anuais Eletrônicas do Sistema Audeesp.

Resultado	Pontuação
Igual a 0	0
Entre 0,01 e 0,09	Graduação entre 0 e 100
Maior ou igual 0,10	100

Para resultados entre 0,01 e 0,1, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AL” o resultado do indicador:

$$(AL/0,10)*100$$

Por exemplo, se AL = 0,05, a nota do indicador será 50 pontos.

- Dívida Ativa: percentual de cancelamento
Nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial, com base no Relatório de Análises Anuais Eletrônicas do Sistema Audeesp.

Resultado	Pontuação
Igual a 0	100
Entre 0,01 e 0,09	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,10	0

Para resultados entre 0,01 e 0,10, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AM” o resultado do indicador:

$$((AM - 0,10) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se AM = 0,05, a nota do indicador será 50 pontos.

Quesito adicional ao índice componente:

QUESITO	RESPOSTA
1. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Fiscal
Pontos máximos: 1300 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL/TCESP: 20/100 = 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
 $i\text{-FISCAL/TCESP} = (\text{Somatório dos indicadores})/1300$

7.5 SÍNTESE: i-AMB

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO MEIO AMBIENTE

Os índices serão apoiados pelo Sistema Audesp em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 -, informe:	INSTRUMENTO NORMATIVO PUBLICADO OU PROMULGADO – 18
	SUBMISSÃO DO TEXTO À CÂMARA DE VEREADORES - 14
	ESTÁ EM OUTRAS FASES DE ELABORAÇÃO - 04
	NÃO REALIZOU O PLANO – 00
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	SIM, TOTALMENTE – 10 Descreva o processo de destinação:
	PARCIALMENTE - 05 Descreva o processo de destinação:
	NÃO – 02
3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens tais como coleta, transporte e destinação final?	SIM – 13 Descreva sucintamente:
	PARCIALMENTE – 08 Descreva o que falta para implementar na totalidade:
	NÃO – 02
4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?	SIM – 05 Descreva sucintamente:
	NÃO – 02

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais? (ex.: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reúso ou reciclagem de material entre outros)?</p>	<p>SIM, para todos os órgãos e entidades – 08 Descreva sucintamente:</p>
	<p>PARCIALMENTE – 04 Descreva sucintamente:</p>
	<p>NÃO – 02</p>
<p>6. Utilização do IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos). De 0,0 a 7,0 – Condições inadequadas De 7,1 a 10,0 – Condições adequadas * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP COM DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS PELA CETESB</p>	<p>ADEQUADAS – 15</p>
	<p>INADEQUADAS – 00</p>
<p>7. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria continua da qualidade ambiental no município?</p>	<p>SIM – 10 Qual: Descreva sucintamente:</p>
	<p>NÃO – 02</p>
<p>8. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?</p>	<p>SIM – 06</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>9. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?</p>	<p>SIM, integralmente – 05</p>
	<p>SIM, na maior parte – 03</p>
	<p>SIM, na menor parte – 01</p>
	<p>NÃO – 00</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
10. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	SIM - 06 () Lei Nº____ () Decreto Nº____ () Outros Qual?
	NÃO - 00
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
14. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?	SIM Descreva sucintamente:
	NÃO
15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?	SIM - 02
	NÃO - 00
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?	SIM - 02
	NÃO - 00
17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	SIM Descreva sucintamente:
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Meio Ambiente
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 010	i-AMB/TCESP: 10/100 – 0,10 (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-AMB/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

7.6 SÍNTESE: i-CIDADE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA PROTEÇÃO DA CIDADE

Os índices serão apoiados pelo Sistema AudeSP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC estruturada? (Lei nº 12.608/2012)?	SIM – 30
	ESTÁ EM FASE DE ESTRUTURAÇÃO - 05
	NÃO – 01
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Defesa Civil?	SIM Qual número de telefone: (XX) YYYYYYYY
	NÃO
3. O município está cadastrado no sistema da Defesa Civil estadual denominado SIDEC (Sistema Integrado de Defesa Civil)? www.sidec.sp.gov.br	SIM – 10
	NÃO – 05
4. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Defesa Civil?	SIM – 10 Qual?
	NÃO – 01

QUESITOS	PONTUAÇÕES
5. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?	SIM – 20
	NÃO – 01
6. O município possui Plano de Contingência de Defesa Civil?	SIM – 20
	ESTÁ EM FASE DE FORMALIZAÇÃO SEU PLANO - 15
	NÃO – 02
7. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?	SIM
	NÃO
8. O município capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil?	SIM, na integralidade de seus agentes – 10 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a maior parte de seus agentes – 07 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a menor parte de seus agentes – 03 Descreva a forma sucintamente:
	NÃO – 00
9. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Proteção das Cidades
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 010	i-CIDADE/TCESP: 05/100 – 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL i-CIDADE/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

7.7 SÍNTESE: i-GOV TI

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA GOVERNANÇA DE TI

Os índices serão apoiados pelo Sistema AudeSP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	SIM, com metas acima de 02 anos (após 2016) – 08
	SIM, com metas para até 02 anos (ATÉ 2016) – 05
	NÃO POSSUI PDTI – 02
2. A prefeitura municipal possui um documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?	SIM – 05
	NÃO – 01
3. A prefeitura municipal possui um quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?	SIM, com funcionários efetivos – 08
	SIM, com funcionários efetivos e temporários – 05
	SIM, com funcionários temporários – 02
	Não possui esse quadro – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM – 05
	NÃO – 00
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM – 04 Qual o periodicidade:
	NÃO – 00
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (mensalmente)?	SIM – 05
	NÃO – 00
7. O PDTI é divulgado na Internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
8. Os dados e documentos relativos a processos licitatórios (editais, atas da comissão de licitação e contratos) são divulgados na Internet?	SIM – 05
	PARCIALMENTE - 03
	NÃO – 00
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet?	SIM – 05
	PARCIALMENTE - 03
	NÃO – 00
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto) - 08
	Há parcialmente a participação em etapas do processo - 04
	Não há pessoal de ti envolvido no processo de compra – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:</p>	<p>Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município - 08</p>
	<p>Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados - 05</p>
	<p>Os dados não possuem registros eletrônicos - 00</p>
<p>12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:</p>	<p>Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município - 08</p>
	<p>Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados - 05</p>
	<p>Os dados não possuem registros eletrônicos - 00</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:</p>	<p>A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta – 08.</p>
	<p>A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas – 05.</p>
	<p>Não foi implantada a NFE - 00</p>
<p>14. O prefeito municipal tem conhecimento do contido nos itens 2.2.2.1 e 2.2.2.4 do manual técnico operacional (Fase I) do Sistema Audesp?</p>	<p>SIM – 05</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>15. O sistema Audesp é uma ferramenta de TI levada em consideração na gestão da política do chefe do executivo municipal?</p>	<p>SIM – 05 Descreva como:</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>16. O sistema de controle interno faz uso dos alertas do Sistema Audesp?</p>	<p>SIM – 04 Descreva como:</p>
	<p>NÃO – 01</p>
<p>17. Os relatórios de gestão ou de controle interno incorporam o relatório de instrução ou relatório de alertas do Sistema Audesp?</p>	<p>SIM – 04 Descreva como:</p>
	<p>NÃO – 01</p>
<p>18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?</p>	
<p>19. O município mantém disponível e atualizado seu Portal da Transparência?</p>	

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão de Governança de TI
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 005	i-GOV TI/TCESP: 05/100 – 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
 $i\text{-GOV TI/TCESP} = (\text{Somatório dos indicadores})/100$

8.

Composição final do IEGM/TCESP

Neste primeiro ano de implantação do IEGM/TCESP, a participação das prefeituras será voluntária por adesão aos quesitos apresentados no Sistema Audesp.

Como o IEGM/TCESP é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente, nesta primeira amostra seus resultados serão apresentados em faixas, evitando-se assim a exposição numérica de ranking.

A listagem com o ranking será apresentada exclusivamente à alta administração da Corte de Contas paulista - Exmos. Conselheiros - e à Secretaria-Diretoria Geral - responsável pelo planejamento das ações fiscalizatórias - que receberá também as diversas matrizes de risco para encaminhamento ao Pessoal da Fiscalização.

Para as prefeituras auditadas, órgãos de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEGM/TCESP serão apresentados em 05 faixas de resultado, preservando os valores numéricos calculados.

MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEGM/TCESP MODELO MATEMÁTICO

$$\text{IEGM/TCESP} = (i\text{-EDUC/TCESP} \times 20 + i\text{-SAÚDE/TCESP} \times 20 + i\text{-PLANEJAMENTO/TCESP} \times 20 + i\text{-FISCAL/TCESP} \times 20 + i\text{-AMB/TCESP} \times 10 + i\text{-CIDADE/TCESP} \times 5 + i\text{-GOV TI/TCESP} \times 5) / 100$$

9.

Faixas de resultados

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEGM/TCESP.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

NOTA A: ALTAMENTE EFETIVA;

NOTA B+: MUITO EFETIVA;

NOTA B: EFETIVA;

NOTA C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

NOTA C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO

OBSERVAÇÃO: a proposta do IEGM/TCESP é avaliar a efetividade da gestão municipal como um todo, sem estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão municipal altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social. Considerando que 3 (três) dos índices componentes possuem peso ponderado menos relevante na composição do IEGM/TCESP (i-AMB/TCESP, i-Cidade/TCESP e i-GOV TI/TCESP), resultados menos expressivos nessas esferas não implicariam uma redução significativa do Índice Final, porém denotariam uma gestão municipal menos ampla. Diante disso, a faixa “A – Altamente Efetiva” é reservada para os municípios que apresentarem regularidade em seus resultados além de IEGM/TCESP acima de 90% da nota máxima, verificada pela existência de ao menos 5 (cinco) índices componentes na faixa “A – Altamente Efetiva”.

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Critérios
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	IEGM menor ou igual a 49,99%

EXEMPLO DE APLICAÇÃO DAS FAIXAS DE RESULTADO PARA O IEGM/TCESP

NOTAS	FAIXAS	PREFEITURAS
A	ALTAMENTE EFETIVA	Prefeitura do Município A; Prefeitura do Município B;
B+	MUITO EFETIVA	Prefeitura do Município C; Prefeitura do Município D; Prefeitura do Município E;
B	EFETIVA	Prefeitura do Município F; Prefeitura do Município G;
C+	EM FASE DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município H; Prefeitura do Município I;
C	BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município J; Prefeitura do Município K.

OBSERVAÇÃO: O mesmo modelo é aplicável a cada um dos índices temáticos. As faixas de resultado podem apresentar alternância natural nos nomes das prefeituras em razão das pontuações em cada um dos temas auditados e de seu peso na composição do IEGM/TCESP.

10.

Regras das faixas de resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM/TCESP, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

I) IEGM/TCESP: NOTA A - FAIXA ALTAMENTE EFETIVA

- o município deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A;

II) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO

IEGM/TCESP: quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;

III) ÍNDICE COMPONENTE - REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C - BAIXO NÍVEL DE

ADEQUAÇÃO: quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.

11.

Considerações Finais

A criação do IEGM/TCESP só foi possível com a interação e participação das Secretarias Estaduais da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Secretaria da Casa Militar/Defesa Civil; do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP; da CETESB; da Fundação TODOS PELA EDUCAÇÃO; do Instituto Brava; de técnicos do Tribunal de Contas e especialistas das diversas áreas para as 7 dimensões que compõem o índice.

Sem esse grandioso conhecimento compartilhado por eles, não seria possível relacionar os diversos aspectos que afetam diretamente a qualidade dos serviços públicos postos à disposição de seus cidadãos.

Dessa forma, o trabalho colaborativo de todos na finalização do IEGM/TCESP traz relevantes informações, principalmente ao controle social e aprimoramento da metodologia das ações fiscalizatórias.

editoração, ctp, impressão e acabamento

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

